



Estado de Pernambuco  
Prefeitura Municipal de Surubim

LEI Nº 525/2015

Cria o Conselho Municipal de Cultura,  
oficializa a Conferência Municipal de Cultura  
e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E  
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, nas áreas de atividade cultural do Município, fundamentado nas resoluções e nos princípios postulados pela I Conferência Municipal de Cultura, tendo por finalidades e competências:

I - propor e fiscalizar ações e políticas públicas de desenvolvimento da cultura, a partir de iniciativas governamentais e/ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público;

II - promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;

III - contribuir na definição da política cultural a ser implementada pela Administração Pública Municipal, ouvida a população organizada;

IV - propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;

V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;

VI - emitir e analisar pareceres sobre questões técnico-culturais;

VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações culturais desenvolvidas no Município;

VIII - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes;

IX - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do Município;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Parágrafo único - As questões específicas relativas à preservação do patrimônio cultural são de exclusiva competência do Conselho Municipal de Cultura.



**Estado de Pernambuco**  
**Prefeitura Municipal de Surubim**

**CAPÍTULO II**  
**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 2º** O Conselho Municipal de Cultura será constituído por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, com a seguinte composição:

I – 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público Municipal, através dos seguintes órgãos:

- a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, sendo um deles o Secretário de Turismo e Cultura;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Juventude;
- d) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social; e
- e) 01 (um) representante da Secretaria de Governo;

II – 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes segmentos:

- a) 01 (um) representante do segmento ligado a Artes Visuais e Audiovisuais;
- b) 01 (um) representante do segmento ligado a Literatura;
- c) 01 (um) representante do segmento ligado a Música;
- d) 01 (um) representante do segmento ligado ao Teatro e Dança;
- e) 01 (um) representante ligado ao segmento de economia solidária e artesanato;
- f) 01 (um) representante ligado ao segmento de Movimentos sociais organizados e organizações não governamentais com vínculo cultural.

§ 1º O Conselho Municipal de Cultura deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Cultura é detentor do voto de Minerva.

§ 4º Serão gratuitos e considerados relevantes as atividades realizadas pelos Conselheiros, não cabendo pagamento de qualquer tipo de remuneração pela participação nas sessões.

*Lu*



**Estado de Pernambuco**  
**Prefeitura Municipal de Surubim**

§ 5º O Conselho Municipal de Cultura realizará reuniões de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno.

**CAPÍTULO III**  
**DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 3º** Fica instituída a Conferência Municipal de Cultura, evento bienal que se destinará a avaliar, debater e propor políticas e ações para a área da cultura, no que concerne aos diferentes âmbitos público e privado.

§ 1º O Conselho Municipal de Cultura é o Órgão Executivo das deliberações da Conferência.

§ 2º A II Conferência Municipal de Cultura será realizada no segundo semestre de 2015, sob convocação da Secretaria Municipal da Cultura.

**CAPÍTULO IV**  
**DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 4º** Caberá à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com ajuda do Conselho Municipal de Cultura, elaborar e aprovar o Plano Municipal de Cultura – PMC que é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Cultura – PMC terá duração decenal.

**Art. 5º** A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura – SECTUR e instituições vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, desenvolverá Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. O Plano deverá conter:

- I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II - diretrizes e prioridades;
- III - objetivos gerais e específicos;
- IV - estratégias, metas e ações;
- V - prazos de execução;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

27



**Estado de Pernambuco**  
**Prefeitura Municipal de Surubim**

- VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e  
IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

**CAPÍTULO V**  
**DO FINANCIAMENTO**

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Cultura contará com secretaria executiva vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Turismo e Cultura, competindo à mesma dar suporte operacional às atividades regulares do Conselho.

**Art. 7º** O Fundo Municipal da Cultura e o orçamento da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

**Art. 8º** O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

**Art. 9º** O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

- I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;
- II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Cultura.

**Art. 10.** Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

**Art. 11.** Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e

24



**Estado de Pernambuco**  
**Prefeitura Municipal de Surubim**

instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

§ 2º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

**Art. 12.** O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único - O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

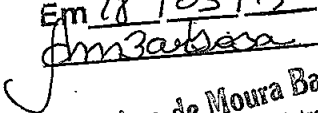
**Art. 13.** As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias, ficando o Executivo Municipal, desde logo, autorizado a abrir créditos complementares necessários a sua cobertura.

**Art. 15.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Surubim, 18 de março de 2015.

  
**TULLIO JOSÉ VIEIRA DUDA**  
Prefeito Municipal

**PUBLICADO**  
Em 18/03/15  


**Ana de Moura Barbosa**  
Agente Administrativo  
Mat. 1776